

## MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

Av. Juvenal Lamartine, 33, Centro, Monte Alegre/RN CEP: 59182000 CNPJ: 08.365.900/0001-44

### PARECER JURÍDICO

#### INEXIGIBILIDADE 71/2023

*PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Inscrição para evento " 9º Encontro Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, que acontecerá de 08 a 11 de maio de 2023, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 25, INCISO II COMBINADO COM ART. 13, INCISO VI DA LEI N.º 8.666/93. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.*

Trata o presente processo de contratação direta para Inscrição para evento " 9º Encontro Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, que acontecerá de 08 a 11 de maio de 2023, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE, mediante inexigibilidade de licitação.

Conforme ressaltado no Parecer da Comissão Permanente de Licitação, é de exclusividade da a execução do objeto solicitado, impossibilitando qualquer competição em eventual procedimento licitatório.

A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que na hipótese de inviabilidade de competição, será inexigível a licitação, conforme disposto no art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI.

***Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...). (grifo nosso)***

***Inciso II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;***

***Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:***

***Inciso VI - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***

No caso sob análise, verifica-se a premente necessidade de contratação dos serviços ora solicitados, sob pena de restarem prejudicados o bom e regular desempenho da Administração Municipal, com a conseqüente descontinuidade de alguns dos serviços públicos essenciais à coletividade.

Dessa forma, diante das prescrições art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI. da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, opino pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **LAERCIO GLICERIO DA SILVA FILHO 40947718400**, CNPJ n.º 26.126.311/0001-95, especializada no fornecimento de produção e promoção de eventos.

É o parecer.

Monte Alegre/RN, 26 de abril de 2023.

**Andrea Furini Pessoa Camara**

**OAB 3673 RN**

**Assessora Jurídica**